



OFÍCIO 68 DE 2025 - ASSESSORIA PARLAMENTAR

PROTOCOLO GERAL DO
MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

Dois Córregos, 22 de outubro de 2025.

7415/2025

Ao Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal, Alceu Antonio Mazziero

Assunto: Solicitação de informações e documentos em relação ao Projeto de Lei n. 117.

O Vereador que esse subscreve, na qualidade de Relator da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, e em conformidade com o § 3º do Art. 32 do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, ALCEU ANTÔNIO MAZZIERO, para que preste as seguintes informações e envie a documentação pertinente a esta Comissão, a fim de subsidiar a análise do Projeto de Lei n.º 117/2025, que trata da desafetação das áreas públicas de matrículas n.º 16.467 e n.º 5.551 para fins de destinação ao Programa FNHIS - Sub 50:

- 1. Algum estudo técnico, urbanístico, topográfico ou de impacto de vizinhança foi realizado na área total destinada à construção dos empreendimentos residenciais, especificamente nas matrículas n.º 5.551 (Jardim Figueira Branca) e n.º 16.467 (Residencial Simões)?
- 2. Se afirmativo, pedimos que o estudo mencionado seja enviado para análise desta Casa.
- 3. Caso a resposta seja negativa, justificar como se chegou à conclusão de que é viável e apropriado construir casas de interesse social nessas áreas específicas, que foram classificadas anteriormente como bens de uso comum do povo ou bens institucionais?
- -4. Desde quando a Administração Municipal tem conhecimento da necessidade de utilização das áreas das matrículas n.º 5.551 e n.º 16.467 para a construção de moradias vinculadas ao Programa FNHIS - Sub 50?

1



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

- 5. Existe um prazo final estabelecido pelo Governo Federal ou Estadual para a adesão, apresentação ou início da execução do projeto habitacional vinculado ao Programa FNHIS - Sub 50, que justifique a urgência na desafetação dos bens públicos?
- 6. Em relação ao Plano Diretor do Município de Dois Córregos (vigente desde 2006) encontra-se atualizado e em consonância com as exigências da legislação federal, em especial a Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que estabelece diretrizes gerais da política urbana, prevendo revisões periódicas da lei municipal (a cada dez anos)?
- 7. Conforme a matrícula n.º 5.551, a área foi objeto de revogação de doação em 1998, e sua destinação original (antes da primeira doação) era de bem público. Qual é o uso atual da área registrada sob a Matrícula n.º 5.551, localizada no desmembramento "Jardim Figueira Branca"? A área possui alguma benfeitoria ou utilização comunitária atualmente?
- 8. Conforme a matrícula n.º 16.467, a área é consistente na "Área Institucional do loteamento 'RESIDENCIAL SIMÕES'". Qual é o uso atual dessa Área Institucional e quais eram os projetos ou finalidades previstas para ela, tendo em vista sua classificação original como bem de uso comum do povo com destinação institucional?
- 9. Considerando que a desafetação de bens de uso comum do povo para torná-los bens dominicais implica na perda de áreas verdes, de lazer ou institucionais para a população, a Administração Municipal previu ou planeja oferecer áreas equivalentes em outros pontos do município para compensar a perda dos bens públicos descritos nas matrículas n.º 5.551 e n.º 16.467?

Ressalta-se que a presente solicitação tem caráter fiscalizatório, visando assegurar a transparência e o acompanhamento da gestão pública, motivo pelo qual se solicita que as informações sejam fornecidas por escrito, acompanhadas da documentação comprobatória, quando o caso.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

Certo de contar com a costumeira atenção de Vossa Senhoria, agradeço antecipadamente e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

JOSÉ EDUARDO TREVISAN